

Presidente convoca o Congresso para examinar cinco medidas provisórias ⁵²

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) recebeu ontem, às 17h30, a mensagem do presidente Fernando Collor de Mello convocando extraordinariamente o Congresso para o período de 7 a 31 deste mês. Na mensagem, de apenas 13 linhas, Collor fixa a pauta da convocação que, ao contrário do que se anunciou, não contempla apenas quatro, mas cinco Medidas Provisórias: a 288, que trata da privatização ou a extinção do Lloyd Brasileiro; a 289, referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); a 290, que disciplina os reajustes das mensalidades escolares; a 291, referente à locação predial e urbana (reedificação); e a 292, restabelecendo as regras salariais do governo e fixando o abono para os trabalhadores que ganham até Cr\$ 120 mil (reedificação).

Ontem mesmo, o presidente do Congresso, Nelson Carneiro, começou a expedir os telegramas convocando deputados e senadores para estarem em Brasília a partir da próxima segunda-feira. Ao mesmo tempo expedirá "fac-símile" para as empresas aéreas, pedindo facilidades para o transporte de parlamentares. Carneiro acredita que conseguirá quórum para a votação mas essa confiança não é partilhada por alguns líderes partidários, que ontem disseram não acreditar que haverá número para deliberação.

QUÓRUM DIFÍCIL

"Acho difícil conseguir quórum", afirmou o líder em exercício do PMDB, deputado Ubiratan Aguiar (CE), que estava ontem em Brasília. Ele lembra que a Câmara teve uma renovação de 62% nas últimas eleições, e que boa parte dos deputados não reeleitos já voltou para seus estados de origem, com mudança é tudo. Outra parte está em

férias, continuou o deputado, o que torna difícil localizar os parlamentares.

O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), também considera difícil reunir em Brasília 248 deputados e 38 senadores, número mínimo necessário para qualquer deliberação no Congresso. A mesma opinião é partilhada pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), e já foi manifestada pelo líder peemedebista no Senado, Roman Tito (MG). Righi tinha viagem marcada para alguns países africanos, mas cancelou ao saber da convocação. Estes parlamentares foram contatados por telefone, já que se encon-

tram em seus estados.

Apesar de a Constituição estabelecer o quórum mínimo de 248 deputados e 38 senadores para votação de qualquer matéria, isso pode ser contornado através de acordos de lideranças, ou seja, se os líderes estão de acordo com a aprovação ou rejeição de uma matéria, eles votam por suas bancadas. Havendo acordo, não há risco de pedidos de verificação de quórum, que derrubariam a sessão. Basta que haja número para a abertura das sessões.

SEM

ACORDO

O deputado Ubiratan Aguiar disse, porém, depois de uma conversa tele-

fônica com o líder Ibsen Pinheiro (que está em Nova York e retorna a Brasília no domingo), que Ibsen considerou difícil um novo acordo de líderes para a questão salarial. "O elemento principal para qualquer acordo é a confiança", disse ele, explicando que essa confiança foi quebrada depois que o governo vetou na íntegra o projeto de conversão do deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), aprovado com o apoio de todos os líderes no ano passado. Segundo Aguiar, o PMDB manterá Tidei como relator da Medida 292, que por sua vez deverá insistir em alguma forma de indexação salarial.